

**CRIANÇAS NEGRAS NA TERRA DA CARIDADE E DA LIBERDADE: UM ESTUDO SOBRE A INCLUSÃO DE LIBERTOS NAS ESCOLAS DA CIDADE DE SANTOS NO PÓS-ABOLIÇÃO**

Sandra Regina Pereira Ramos  
Curso de Pós-graduação stricto sensu em nível de Doutorado em Educação.  
Universidade Católica de Santos – UNISANTOS  
sandreregina-seduc@santos.sp.gov.br

**RESUMO**

As políticas de ações afirmativas, também chamadas de ações positivas ou discriminação positiva, são muito recentes na história da ideologia anti-racista no Brasil. Passados trinta anos da Constituição “Democrática” de 1988, a garantia de direitos que dela demandou com vistas à população negra trouxe à tona uma história não contada sobre a sociedade brasileira, colocando como protagonista uma população escravizada, que mesmo depois de sua libertação permaneceu excluída de uma cidadania ilusória. O presente trabalho tem como objeto de estudo a inclusão de crianças negras no processo educacional das escolas na cidade de Santos, reconhecido reduto do movimento abolicionista do país. Berço de quilombos, como o do Jabaquara, do Pai Felipe e do Santos Garrafão, a cidade manteve uma sociedade pautada em relações inter-raciais muito peculiares. A história da escravidão em Santos possui inúmeras facetas das quais o acesso à Educação é uma trilha inexplorada para rastrear a transmissão e a construção da cultura e de valores afro-brasileiros. Com um percurso metodológico apoiado na História Cultural, adotou-se como, como eixo modal da proposta, a frase adotada no brasão da cidade de Santos: “Terra da caridade e da liberdade!” para determinar as possíveis contradições no processo de escolarização de seus “filhos” negros, ex-cativos, diante de uma elite santista fruto de um Brasil escravocrata, nos 40 primeiros anos do pós-abolição. Os resultados da pesquisa até então foram obtidos por meio de uma revisão bibliográfica sob o tema História da Educação brasileira, em especial, sob o enfoque de questões relacionadas à educação dos negros, visando estabelecer os padrões que constituíram o *modus vivendi* da sociedade da época, bem como o entendimento do contexto histórico que se estabeleceu a partir da libertação oficial dos escravos e o início da República brasileira, diante das relações imbricadas entre brancos e negros numa sociedade racista. . Utilizou-se como fonte documental: relatórios de inspetores literários, mapas de classe, ofícios, atas de exames, jornais, petições, entre outros, constantes em acervos públicos e particulares. Apresentam-se aqui os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada.

**Palavras-chave:** Educação - História - negro

## Introdução

A partir de 1870, com a difusão do movimento abolicionista entre intelectuais alguns segmentos da sociedade santistas passam a receber e a proteger os refugiados que chegavam à cidade. As pessoas que participam das lutas pela liberdade em Santos eram intelectuais, ex-escravos, políticos e pessoas comuns que se mobilizaram de forma crescente no processo de abolição. Desde os idos da Independência, o santista José Bonifácio inaugurou a discussão sobre a questão da mão-de-obra escrava no Brasil com sua “Representação contra a escravatura, em 1823. A base de seu argumento é a razão nacional, ou seja, a ideia de que a escravidão impedia a formação nacional. Da perspectiva de José Bonifácio, a luta pelo fim da escravidão era uma luta pelo triunfo da razão, pelo reconhecimento dos verdadeiros interesses do homem. (LANNA 1996 p. 142).

Reconhecido reduto do movimento abolicionista do país, Santos destacou-se por sua vocação portuária desde sua fundação e teve seu desabrochar vinculado à cultura cafeeira em meados do século XIX. A partir de então, a cidade tornou-se um polo atrativo para trabalhadores braçais, principalmente escravos fugidos das senzalas das fazendas de café do interior paulista. Berço de quilombos, como o do Jabaquara, do Pai Felipe e o quilombo do “Santos Garrafão”, a cidade manteve uma sociedade pautada em relações inter-raciais muito peculiares.

As ações dessa parcela da sociedade santista, movidas ou não pela benevolência e pelo humanismo, fez com que todos se unissem em torno do projeto de uma nova sociedade, que os aproximassem do mundo “civilizado europeu”.

“É significativo notar que em Santos, a ação abolicionista tenha começado com os esforços das mulheres: já em 1870, Francisca Amália de Assis Faria transformava o quintal da sua casa em refúgio para escravos fugidos. No mesmo ano, em São Paulo, uma senhora santista Ana Benvinda Bueno de Andrada, fundava “A Emancipadora”, uma sociedade dedicada à manumissão de mulheres escravas.” GITHAY 1992 p.126

Assim, Santos passa a ser conhecida com o epíteto de “Terra da Liberdade”, fato

que coincide com o término da Guerra do Paraguai<sup>1</sup> e impulsionado com a fundação dos primeiros clubes abolicionistas.<sup>2</sup>

“Santos, já no início dos anos 1880, funcionava como pólo aglutinador desses escravos em fuga, não mais para a marginalização do quilombomas na procura da liberdade, corolário necessário, da integração no mundo do trabalho livre. A crescente importância do porto, o desenvolvimento das atividades comerciais, um incremento sensível da vida urbana e a conseqüente necessidade de trabalhadores fizeram dessa cidade um lugar atraente. A existência de grupos abolicionistas locais facilitava esta opção. Além disso, , uma vez vencido o obstáculo da serra do Mar, a cidade funcionava como uma fortaleza. A realidade de uma cidade portuária, com uma certa internacionalização de costumes fez com que Santos, assim como também o Rio de Janeiro, fossem territórios propícios aos avanços das idéias de liberdade.” (LANNA 1996 P. 185)

As razões para a alcunha de “Terra da Liberdade” pode ser justificada por fatores diversos como a oferta de mercado trabalho, a difusão dos ideais abolicionistas difundidos pela população, a ação de grupos de intelectuais e a participação de cidadãos comuns. Mas a vocação para a liberdade<sup>3</sup> pode ser questionada a partir das inúmeras denúncias de escravidão disfarçada de mão-de-obra livre. No relatório do Chefe de Polícia, anexo 5, de 1887<sup>4</sup> tanto o chefe de polícia provincial como alguns representantes do Quilombo do Jabaquara<sup>5</sup> alertavam para as iniciativas que tinham como verdadeiro intuito a exploração dos cativos e o que o propósito era conseguir mão-de-obra barata.

Segundo Maria Lucia Caira Gitahy a história da escravidão em Santos faz parte da construção de mitos locais como a exaltação da figura de Brás Cubas, o grande fundador da cidade, ou o episódio da Independência, cujo protagonismo do “Patriarca”

---

<sup>1</sup> Estima-se que a Guerra do Paraguai tenha contribuído em 20 mil o número de escravos que teriam conseguido a liberdade com a guerra. Lillian Moritz Schwarcz, *As barbas do imperador : D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, São Paulo : Companhia das Letras, 1998, pp 306-318.

<sup>2</sup> A juventude abolicionista de Santos fundou, em 1881, a "Bohêmia Abolicionista", uma agremiação que panfletava na cidade com jornais como "O Embrião", "O Porvir", "O Pirata", "O Patriota" e outros.

<sup>3</sup> No brasão da cidade de Santos, o lema gravado no brasão de armas está a frase em latim "Patriam Charitatem et Libertatem Docui", que significa "À pátria ensinei a caridade e a liberdade",. Cunhada pelo historiador Afonso d'Escragnonne Taunay, o dizer é representativo dos ideais e da História santista; e alude diretamente à instituição da primeira Santa Casa de Misericórdia do Brasil (Caridade) e às lutas pela Independência (Liberdade).

<sup>4</sup> RELATÓRIO de Chefe da Polícia, Relatório apresentado ao Sr. Barão de Parnayba, Presidente da Província de São Paulo pelo Chefe de Polícia interino Luiz Lopes Batista Anjos Jr., anexo, in **Relatório apresentado à Câmara Municipal de São Paulo pelo Presidente da Província Barão de Parnayba no dia 17 de janeiro de 1887**. São Paulo, Typ. Jorge Seckler e Co., 1887.

<sup>5</sup> O Quilombo do Jabaquara foi o mais importante do Estado de São Paulo. Chefiado pelo negro Quintino de Lacerda, um ex-escravo, o quilombo reuniu os escravos que desciam a Serra do Mar em busca de liberdade e trabalho.

José Bonifácio de Andrada e Silva foi essencial para o processo<sup>6</sup>. GITHAY 1992 p.119

Em se tratando do movimento abolicionista santista, não se pode esquecer da assinatura da Lei Saraiva que libertou todos os escravos com mais de sessenta anos e que foi assinada na Praça dos Andradas. A partir dessa lei, os proprietários de escravos que moravam na cidade de Santos decidiram dar liberdade imediata aos seus escravos de todas as idades. A história da escravidão em Santos, possui inúmeras facetas, dos quais o acesso à Educação é uma trilha inexplorada para rastrear a transmissão de valores e culturas. O fato da cidade ser conhecida com “Terra da Liberdade”<sup>7</sup> faz parte dessa “história submersa” que necessita vir à tona. (GITHAY 1992, p. 121)

Acompanhando as transformações físicas e matérias, a mentalidade da sociedade santista do final do século XIX e início dos XX é um reflexo das contradições existentes entre os interesses dos diferentes grupos sociais que participaram das lutas pela abolição da escravidão. A herança escravista continuou, e continua mediando as relações sociais quando estabelece distinções hierárquicas entre trabalho manual e intelectual, quando determina habilidades específicas para o negro (samba, alguns esportes, mulatas) e mesmo quando alimenta o preconceito e a discriminação racial.

## **A Educação em Santos**

A Educação, como prevista nas legislações federais atuais, é fruto de um processo histórico de conquistas de garantia de direitos com vistas à efetivação da cidadania, transformando a criança em sujeito social de direitos dentre eles o direito à Educação.

Para além das normas constitucionais e educacionais, todo cabedal legislativo dedicado à infância considera crianças e adolescentes desconsiderando suas dimensões

---

<sup>6</sup> José Bonifácio de Andrada e Silva, no início de 1820 libertou os escravos da Chácara do Outeirinhos, de sua propriedade, em Santos, onde pretendia provar que se podia trabalhar a terra e lucrar sem escravos e senzalas. Nos dois anos seguintes toda a sua energia se voltou para a luta pela Independência, mas quando esta se concretizou, ele voltou para seus ideais abolicionistas. Logo após a Independência, em fins de 1822, ele escreve a Caldeira Brant, em Londres, solicitando-lhe a convocação de trabalhadores rurais ingleses que quisessem se estabelecer no Brasil. José Bonifácio pretendia com isso criar um exemplo prático que convencesse seus compatriotas de que o trabalho livre era muito mais produtivo e lucrativo que o escravo. Em janeiro de 1823 embarcam os primeiros 50 trabalhadores ingleses rumo ao Brasil.

<sup>7</sup> Segundo Francisco Martins dos Santos, historiador santista, o pioneirismo no comércio de escravos indígenas, depõe contra o gosto celebrado da cidade de Santos pela liberdade e caridade. Santos ficou conhecida no início do século XVI como “Porto dos Escravos”, cujo comércio era controlado pelos europeus José Ramalho e Mestre Cosme dos Santos, o Bacharel de Cananéia.

identitárias, suas origens, pertencimento étnico racial, identidade de gênero, dentre outras. A omissão diante das particularidades que envolvem a formação do “ser” criança é, muitas vezes, perpetuadora do preconceito e a discriminação na sociedade brasileira. Mesmo aquém do necessário, diante de séculos de invisibilidade, os estudos acadêmicos sobre a diversidade étnica da sociedade brasileira têm se mostrado um veículo para a discussão do racismo que permeia as relações entre brancos e negros. Neste contexto, dentre as temáticas que envolvem tal discussão, a educacional se destaca consideravelmente. PINTO (1992)

É o caso de trabalhos como o da pesquisadora Mauricéia Ananias, autora diversas obras e artigos sobre a história da Educação brasileira e da inclusão da população negra no processo de escolarização. Como também de Daniela Fagundes Portela, na obra “Iniciativa de atendimento de crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, de 2016, cujo tema aborda o tratamento das crianças que nasceram livres, a partir da Lei do Ventre Livre, discutindo o cerceamento da liberdade da infância negra, que continuava na condição de escravizada.

Assim, considerando que ainda há muito que se desvendar sobre as questões raciais no Brasil, conhecer como a sociedade santista se posicionou diante da inclusão de suas crianças negras nos primórdios de constituição de um país republicano, é uma proposta instigante.

Na vila de Santos, como em todo o Brasil nos idos coloniais, a educação estava nas mãos das ordens religiosas, em especial dos Jesuítas, que criaram as primeiras casas de formação sacerdotal. Em 1585, era fundado o Colégio dos Jesuítas, também chamado de Colégio São Miguel da Vila de Santos, ficando abandonado após 1640 com a expulsão do Jesuítas pelo governo português. Com a adoção das “aulas ‘regias”, a partir de 1768, o Estado passou assumir a responsabilidade pela Educação de seu povo, na vila de Santos, em 1801 havia dois professores, sendo um de Gramática Latina e um de primeiras letras (alfabetização).

Com o advento da independência, se intensificaram os concursos para a contratação de professores de gramática e primeiras letras. Os educadores eram fiscalizados pela Câmara, que tinha o papel de intermediar as relações entre os profissionais e o governo da Província, mantenedor financeiro da educação na vila. Ainda no século XIX, surgia a

figura do “Inspetor de Distrito”, também conhecido como “Inspetor Literário”, figura responsável por verificar o bom andamento dos trabalhos dos professores e seus resultados junto aos alunos. Entre as suas atribuições, estava a de formular exames e acompanhar o desempenho de professores e alunos.

Foi na segunda metade do dezenove que a situação do ensino santista começou a mudar com o surgimento dos primeiros estabelecimentos dedicados ao conhecimento geral, dentre os quais a Escola do Povo (1878), instalada na residência do professor Antônio Manoel Fernandes; O Colégio “Juvenato Santista”, do professor Tiburtino Mondin Pestana; o Colégio do professor João Anta; a Escola do professor Francisco Gonçalves Barroso; a Escola de D. Leopoldina Thomaz Coelho; a Escola de Eugênio Porchat de Assis; a Escola do professor Tarquínio Silva; o Grupo Escolar Olavo Bilac; o Instituto Santista, o Colégio Rentscheller; o Convento Santo Antônio.

Na cidade de Santos, neste período, as escolas municipais estavam divididas por zoneamento, mesmo funcionando em casa de particulares, é o caso da Escola Pública da 3ª zona da cidade de Santos, que funcionava na residência do Professor Olynto Paes, é o que demonstra o “Mapa de alunos” que data de 1898.

No início do século XX, o novo cenário político e econômico do país evocava a necessidade de educar, moralizar, domesticar e integrar os filhos e filhas de mães negras a partir de um caráter essencialmente higienista e assistencialista. (KUHLMANN JR, 2011). Assim, tornou-se necessário um maior investimento na esfera educacional, exemplo disso foi a fundação da Escola Barnabé, dedicada à educação primária. Inaugurado em 1915, o Grupo Escolar Villa Macuco, iniciou suas atividades com um só período e 450 alunos, mas o número crescente de matrículas, obrigou a escola estadual a ampliar suas instalações e por decreto do governador do Estado, de 22 de agosto de 1922, o nome da instituição de ensino foi trocado para Grupo Escolar “Visconde de São Leopoldo”.

O Grupo Escolar Municipal Auxiliadora da Instrução, a partir de 1914, foi a primeira escola municipal de Santos, porém nasceu como Sociedade Filantrópica Auxiliadora, fundada em 30 de agosto de 1878. Seu objetivo era instruir gratuitamente a população.

A Escola Modelo, de 1898, é a instituição particular de ensino mais antiga de Santos ainda em atividade. Seus fundadores, que eram mestres de obras, desejavam

fundar uma entidade que pudesse ser beneficente e instrutiva aos operários e seus filhos. Em 1923, a escola passou a atender crianças para o Jardim da Infância. Kuhlmann Jr salienta que, no que tange às instituições pré-escolares privadas brasileiras, sua vinculação estava relacionada ao seu público-alvo. O termo “pedagógico” diferenciava o jardim da infância para os ricos dos asilos e creches para os pobres. (KUHLMANN JR, 2011)

Tal raciocínio pode ser adotado para analisar as escolas de primeiras letras em Santos pois, outras escolas tuteladas pela sociedade civil foram criadas na cidade com o advento do novo século, como o Colégio Docas, em 1907, que abrigava os filhos dos funcionários da Companhia Docas de Santos e era mantida por uma espécie de associação dos empregados. A Escola Fraternidade, fundada pela Loja Maçônica Fraternidade, em 1917 e oferecia ensino de 1 a 4 série gratuitamente.

Mantida por representantes da comunidade lusitana de Santos, a Escola Portuguesa foi criada em 24 de julho de 1921, tinha como finalidade instruir em auxílio à municipalidade. Em 1927, foi fundado o Liceu São Paulo, que teve sua primeira sede na região residencial das mais tradicionais famílias da cidade.

Encerrando o recorte temporal proposto nesse estudo, em 1928, a Escola Municipal Lourdes foi inaugurada em um bairro que à época era considerado um dos mais pobres da cidade, muito pobre e distante do centro urbanizado de Santos

Entre as escolas religiosas, o Colégio Santista, fundado em 4 de abril de 1904 pela Congregação dos Irmãos Maristas, é o mais antigo. Chamado inicialmente de Gymnasio do Sagrado Coração de Jesus, recebeu os meninos da elite da cidade, 120 inicialmente, mas logo teve que transferir suas instalações devido a grande procura por matrículas. O Colégio Coração de Maria, o segundo mais antigo, foi fundado como uma unidade da Congregação do Imaculado Coração de Maria em 1904, considerado a primeira grande escola católica feminina, dando instrução normal a partir de seis anos de idade. O Colégio Nossa Senhora do Carmo foi fundado em 1917 por padres Carmelitas e, mais tarde, em 1925 foi inaugurado o Colégio São José, comandado pelas Irmãs de São José (instituição fundada em 15 de outubro de 1650, em Puy, na França).

Vale ressaltar que, para uma sociedade reconhecida pelos ideais de liberdade, a herança escravocrata era visível, as dimensões identitárias de raça e gênero definiam o

acesso à Educação. Para os meninos brancos, após os seis anos, os colégios religiosos de primeiras letras e um ofício, às meninas brancas a educação era restrita às questões “do lar”. Os meninos e meninas negras, mesmos livres, eram considerados aptos para o trabalho e, a partir dos 12, as meninas negras já serviriam de objeto sexual (MOTT, 1979).

Para Kuhlmann Jr., a situação da criança negra no período escravista refletia a vida do escravo adulto, o acesso à educação era uma rara exceção, sempre exposta aos afazeres domésticos e atividades rurais. A falta de cuidado e investimento para com essas crianças justificava o alto índice de mortalidade infantil. (KUHLMANN JR 2011). Neste contexto, em Santos existia escola noturna já em 1898 e, diante do mapa de alunos da Escola Municipal da 3ª zona, a idade dos estudantes variava entre 12 e 14 anos.

O acesso ao acervo do Arquivo Permanente da Fundação Arquivo e Memória de Santos trouxe outras questões à tona, como é o caso da territorialidade, pois, ao Município de Santos à época, também pertenciam as atuais cidades limítrofes de Cubatão, Guarujá e Bertioga. Relatórios da Escola Pública do Bairro de Enseada, atualmente pertencente à cidade do Guarujá, datam de 1º de julho 1898. Sobre o bairro de Cubatão, após visita a “Escola isolada de Cubatão”, entre 1900 e 1901, o inspetor Municipal João Batista Martins Menezes encaminha ao Secretário do Estado dos Negócios da Interior mapas do movimento de alunos e professores. Em petição de 12 de novembro de 1907, moradores de Cubatão se manifestam quanto a necessidade da abertura de uma escola no bairro de Cubatão para o atendimento de 204 crianças.

O que chama a atenção e a inexistência do quesito raça/cor nos documentos oficiais pesquisados até o momento, que não ultrapassam a primeira década do século XX. Porém, essa situação já foi verificada pelo historiador André Rosemberg, em sua obra “Ordem e Burla”, que analisa as ações criminais envolvendo negros e negras e outras ocorrências do cotidiano dos populares na cidade de Santos, no final da década de 1880.

“Ao leitor atento, contudo, uma lacuna permanece aberta: a presença do negro (escravo, livre ou liberto) nas conturbadas ruas santistas. É verdade que muitas das personagens citadas nas páginas anteriores, e identificadas apenas pelo local de origem, provavelmente eram negras. (ROSEMBERG. 2006 p.123)

Assim, a forma como são tratados os negros e negras pela documentação pesquisada, caso tomemos por base apenas o contexto educacional, verifica-se a “existência” de uma população negra na cidade que só pode ser inferida indiretamente.

### **Considerações finais**

Estudar o negro na sociedade brasileira ainda constitui certo ineditismo, como já abordado anteriormente. A história a ser contada nessa pesquisa se construirá muito mais pelas ausências do que pelo protagonismo, pois depender das informações oficiais veiculadas ao negro e à educação é problemática, visto que à época não era critério qualificador a cor daqueles que ingressavam no ambiente escolar.

Desse modo, as alusões sobre matiz da tez dos personagens “centrais dessa pesquisa” espocam disfarçadamente, em situações excepcionais. De certa forma, tais referenciais tangenciais podem reforçar o trabalho interpretativo, pois sempre portam uma fonte de carga valorativa, uma vez que escapam da pretensa neutralidade dos outros critérios de qualificação.

A inexistência da menção à cor da pele das crianças em diversos documentos oficiais traz à tona muitos elementos que ajudam a realizar uma análise sobre o juízo que diversos estratos da sociedade santista emitiram sobre o negro, bem como lança pistas preciosas sobre a inclusão aos direitos sociais dos escravizados e libertos no Brasil.

### **Fontes documentais**

- Fundação Arquivo e Memória. Instituição que trabalha no gerenciamento dos arquivos públicos da Prefeitura de Santos e com a memória documental e iconográfica da Cidade, garantindo a salvaguarda, a preservação e a disseminação desse patrimônio. Possui os seguintes acervos:

Repertório de Documentos para a história da escravidão. (1855-1888)

50 anos de Código de Postura de Santos. (1847-1897)

Inventário Fundo Câmara Municipal de Santos.

Documentação da Secretaria Municipal de Educação de Santos.

- Hemeroteca Municipal *Roldão Mendes Rosa*. Como acervo possui, de interesse para a pesquisa, o primeiro jornal publicado na cidade de Santos, conhecido como Revista

Comercial, de 1848.

- Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Atua como importante centro de cultura e intelectualidade, mantendo sob sua proteção inúmeros acervos, desde livros (cerca de 20 mil volumes até 2012), a Coleção de Revistas “Eu sei tudo” e o Almanaque Santista.

- Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio de Santos. Mantenedora da primeira escola instalada em Santos, a “Escola do Povo”. Também possui exemplares de jornais como o *Jornal da Noite e Gazeta do Povo*, que circularam na década de 20 do século passado, e o jornal *Praça de Santos*, que circulou da década de 30 do século passado.

- Acervo Documental do Centro de Apoio à Pesquisa em História “Sérgio Buarque de Holanda”, no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Possui exemplares e microfimes de jornais santistas, como o de *A Tribuna A Tribuna*, de 1894.

- Arquivo do Estado de São Paulo. Possui exemplares dos jornais *O Buscapé*, de 1875; *Cidade de Santos*, de 1898 a 1912; *Diário de Santos*, de 1904 a 1917; *Gazeta de Santos*, de 1876; *Gazetinha*, de 1886; *A Tesoura*, de 1876.

### Referências bibliográficas

ANJOS, J.J.T. SOUZA, G. Nos “rigores” da lei: a escolarização da infância na legislação da instrução pública da província do Paraná.(1857-1885). *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 67 out.-dez. 2016. P. 875-896.

BARBOSA, Maria Rita de Jesus. A influência das teorias raciais na sociedade brasileira (1870-1930) e a materialização da Lei nº10.639/03. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 10, n. 2, p. 260-272, 2016.

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de Barros. *O Estado da Arte da Pesquisa em História da Educação da População Negra no Brasil*. Vitória/ES: SBHE/Virtual Livros, 2015. Coleção Documentos da Educação Brasileira. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/e-books/sbhe-paraiba/sbhe-03/>

\_\_\_\_\_. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. *Educação e Pesquisa* [on-line]. v. 42, n.3, pp. 591-605, 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517->

BARROS, Surya Aaronovich Pombo de. FONSECA, Marcus Vinícius (orgs.). *A História da Educação dos Negros no Brasil*. Niterói: EDUFF, 2016. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/jdownloads/Publicacoes/A%20Historia%20dos%20negros%20na%20educacao%20no%20Brasil%20.pdf>

BASTOS, Maria Helena Câmara. Maria Lúcia de Arruda Aranha e a História da Educação. *Cadernos de História da Educação*, v. 13, n. 2, pp. 517-534, jul./dez. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29201/16167>

\_\_\_\_\_. “A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Século XVI a XIX). *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.2, p. 743-768, maio-ago. 2016 ISSN: 1982-7806 (On Line)

BOTH, S. J., ARAÚJO, J. C. S. A educação comparada: um contexto da escola primária no período de 1889 a 1930 no Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso a partir das mensagens de Estado. *Cadernos de História da Educação*, v.15, n.2, p. 863-888, maio-ago. 2016.

- BRASIL. Lei nº 9.394 – 24 de dezembro de 1996: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei 10.639 – 09 de janeiro de 2003. Brasília: Ministério da Educação, 2003.
- BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução de Sérgio Goes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CHAMON, C.S e GOODWIN, J.W. “A incorporação do proletariado à sociedade moderna” a Escola de Aprendizes Artífices de Minas Gerais (1910-1941)\*. *Varia História* vol. 28, nº 47, p.319-340, jan/jun 2012.
- COLISETE, Renato Peri. Iniciativas locais e mobilização por escolas primárias em São Paulo. 1830-1889. *Rev. Hist. (São Paulo)* [online]. 2017, n.176, a06816. Epub Jan 08, 2018. ISSN 0034-8309. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-9141.rh.2017.120263>
- CRUZ, Mariléia dos Santos. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In: ROMÃO, Jeruse (org.). *História da educação dos negros e outras histórias*. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.
- \_\_\_\_\_. Apontamentos em relação às formas de tratamento dos negros pela história da educação. *História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas*, v. 13, n. 28, pp. 29-59, Maio/Ago, 2009.
- CARDOSO. C. J. AMÂNCIO. L. N. B. Escola primária em Mato Grosso: aspectos de uma cultura escolar em construção (1910-1915). *Educar em Revista, Curitiba, Brasil*, n. 45, p. 273-291. jul./set. 2012. Editora UFPR.
- DAMATA, R. Notas sobre racismo à brasileira. In: SOUZA, J. (org). *Multiculturalismo e Racismo: O papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos*. Brasília: Ministério da Justiça, 1996.
- FONSECA, Marcus V. A arte de construir o invisível: o negro na historiografia educacional brasileira. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, n.13. SP: Sociedade Brasileira História da Educação ([www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br)), 2007a.
- FONSECA. M. V. Escola e status racial em Cachoeira do Campo/MG no século XIX. *Cadernos de Pesquisa* v.45 n.155 p.156-177 jan./mar. 2015.
- GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. *Caderno de pesquisa*, n. 113, p. 68-81, julho. 2001.
- GITHAY, Maria Lúcia C., *Ventos do Mar*. São Paulo, Ed. UNESP, 1992
- HAMDAM, Juliana C. Por uma sensibilidade objetiva: Tavares Bastos e a Educação no Império. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.3, p.788-800, set.-dez. 2017 ISSN: 1982-7806 (On Line).
- KUHLMANN Jr. Periódicos Científicos: Ética, qualidade e avaliação da pesquisa. *Cadernos de Pesquisa* v. 44 n.151 p.16-32 jan./mar. 2014.
- \_\_\_\_\_. *Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922)*. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo: v 78, 1991.
- LANNA, Ana Lúcia Duarte, *Uma cidade na transição Santos: 1870-1913*. São Paulo, Editora Hucitec Prefeitura Municipal de Santos, 1996.
- MOTT, Maria Lúcia. A criança escrava na literatura de Viagens. *Cadernos de pesquisas da Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: n.31, p. 56-57, 1979.
- MÜLLER, Tânia Mara Pedroso. As pesquisas sobre o “estado do conhecimento” em relações étnico-raciais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil*, n. 62, p. 164-183, dez. 2015.

MUNANGA, Kabenguele e GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global/ Ação Educativa, 2000.

\_\_\_\_\_. Políticas de ação afirmativa em benefício da população negra no Brasil: um ponto de vista em defesa de cotas. In SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves de Silvério. Valter Roberto (orgs.) *Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP/MEC – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2003.

\_\_\_\_\_. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. (org.) – Superando o Racismo na Escola, 2ª edição. Ministério da Educação, Secretaria da Educação e Diversidade, 2005.

NEVES, S. A. GALVÃO, A. M. O. Representações da infância em memórias e autobiografias – Minas Gerais (1900-1960) Hist. Educ. [Online] Porto Alegre v. 20 n. 48 Jan./abr., 2016 p. 259-280 2016.

PEREIRA, M. A. F. Santos nos Caminhos da Educação Popular (1870-1920). São Paulo: Loyola/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

PERES. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais. Revista Brasileira de História da Educação. São Paulo: Sociedade Brasileira da História da Educação, julho/dezembro, n. 4., 2002.

PINTO, Regina P. A Educação do negro: uma revisão bibliográfica. Cadernos de Pesquisa n. 62 p. 3-34. 1987.

\_\_\_\_\_. Raça e Educação: uma relação incipiente. Cadernos de Pesquisa n. 80 p. 41-50. 1992.

PORTELA, Daniela Fagundes. “Iniciativa de atendimento de crianças negras na província de São Paulo (1871-1888)”, Jundiaí: Paco Editorial. 2016.

RIZZINI, Irma. GONDRA, José Gonçalves. “Higiene, tipologia da infância e institucionalização da criança pobre no Brasil.”. Revista Brasileira de Educação v. 19 n. 58 jul.-set. 2014. p. 561-584.

ROCHA, Gisele. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da Constituição de 1934”. Revista Eletrônica de Educação. v. 12, n.1, p.61-73. 2018.

ROSEMBERG, André. Ordem e Burla: processos sociais, escravidão e justiça em Santos, São Paulo: Alameda, 2006.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. *Pesquisa em educação: métodos e epistemologias*, Chapecó: Argos, 2012. P.29

SANGLAR, Gisele. FERREIRA Luiz Otávio. “Pobreza e filantropia: Fernandes Figueiras e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)”. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 71-91, jan-jun. 2014.

SANTOS, Hélio. Políticas públicas para a população negra no Brasil. Observatório da Cidadania. Ibase: Rio de Janeiro, nº 3, 1999.

SANTOS, J.T. SANTOS, L. C. C. Pai de Santos Doutor”: escolaridade, gênero e cor nos terreiros baianos. Afro-Ásia, n. 48, 2013, p. 213-236

SANTOS, R. E. dos. e LOBATO, F. (orgs.). *Ações Afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SANTOS, R. A. dos; SILVA, R. M. N. B. “Racismo científico no Brasil: um status racial no Brasil pós-escravidão”, Educar em Revista, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 68, p. 253-268, mar./abr. 2018

SILVA, Roberto da and TOBIAS, Juliano da Silva. A educação para as relações étnico-raciais e os estudos sobre racismo no Brasil. *Rev. Inst. Estud. Bras.* [online]. 2016, n.65, pp.177-199. ISSN 0020-3874. <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901x.v0i65p177-199>

SOUZA, Sauloéber Társio de. A categoria etnia na pesquisa histórico-educacional brasileira: estado da arte a partir de revistas especializadas. *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.2, p.554-574, mai.-ago. 2017 ISSN: 1982-7806 (On Line)

SERRANO, Carlos. WALDMAN, Maurício. *Memória d'África - a temática africana em sala de aula*. Editora Cortez. 2007

WARDE, M.J. O papel da pesquisa na pós-graduação em educação. *Cadernos de Pesquisa*, n.73, p. 67-75, maio 1990.

WEIMER, Rodrigo A. O que se fala e o que se escreve: Produção de presença e consciência histórica em uma família negra no litoral norte do Rio Grande do Sul. *Varia hist.* [online]. 2015, vol.31, n.55, pp.221-251. ISSN 0104-8775.

YADE, Juliana. S. M. Territórios negros: migrações e reterritorialização do espaço urbano periférico. *Comunicações* Ano 21 n. 1. jan.-jun. 2014. p. 167-190.

ZUBARAN. Maria Angélica. *Pedagogias da Imprensa Negra: entre fragmentos biográficos e fotogravuras*. *Educar em Revista*. no.60 Curitiba abr./jun. 2016